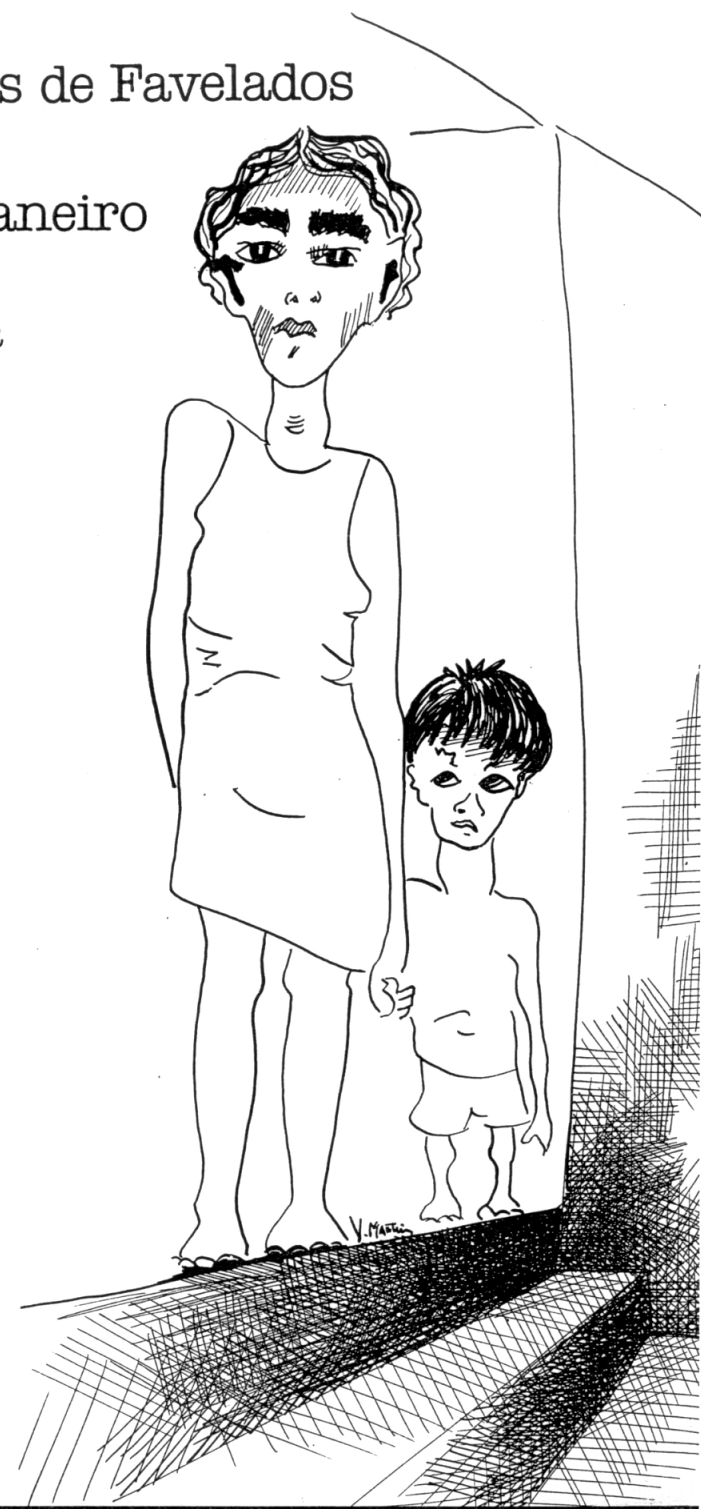


Favelas e
Movimentos de Favelados
no Estado
do Rio de Janeiro

Vânia Bambirra



INTRODUÇÃO

Uma Visão de Conjunto

O surgimento e a expansão das favelas, uma característica cada vez mais marcante das grandes cidades brasileiras, não são um fenômeno novo. Suas origens remontam ao fim do século XIX — os chamados cortiços de negros — como consequência do êxodo rural (impulsionado pela consolidação da propriedade monopólicia da terra, o latifúndio, que expulsou para as cidades os escravos libertos pela Abolição) e dos fluxos migratórios estimulados pelos novos empregos que o débil processo de industrialização prometia oferecer.

As favelas não devem ser consideradas, portanto, apenas como uma deformação urbanística dos centros industriais, mas como uma característica típica destes, como um resultado necessário de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Os novos surtos industriais nas décadas de trinta e quarenta e a expansão dos aglomerados urbanos deles decorrentes, irão acentuar paulatinamente a diferenciação existente entre os espaços de moradia dos cidadãos ricos dos pobres, intermediados pelos extensos e populosos bairros da classe média.

Assim, o perfil morfológico, ecológico e demográfico das maiores cidades brasileiras, modernizadas pelo incremento das fábricas, dos serviços, dos novos edifícios exuberantes, das praças, jardins, igrejas, avenidas e viadutos, projetará um reflexo cristalino da divisão das classes sociais urbanas do país.

A favelização passa a ser um processo incontinenti que tende a abarcar não só a periferia das grandes cidades mas também seus morros centrais de acesso mais próximo aos locais de trabalho.

Nos anos cinquenta, devido ao grande impulso desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, associado às tendências permanentes do êxodo rural e ao corrosivo desenrolar do que vem sendo denominado "desertificação do nordeste", a favelização tende a se acentuar, protegida então pelo crescimento de movimentos político-sociais urbanos, como o movimento operário, estudantil, religioso, cultural etc.

Nesta época são criadas muitas das Associações de Moradores nas favelas com o objetivo de resistir às expulsões.

No começo da década dos sessenta, estimuladas pelo clima democratizante e participativo que se alastra pelo país — e atinge seu auge durante o efêmero governo de João Goulart — tais associações se expandem e acumulam forças para a intensa luta contra as remoções que serão deflagradas logo após o golpe civil-militar de 1964.

Durante este período foram registradas algumas vitórias e muitas derrotas expressadas em remoções maciças de favelas.

Porém, a favelização como tendência urbana irreversível no capitalismo dependente, prosseguiu o seu curso célere e porfiado, conduzindo a que na década dos setenta as próprias autoridades governamentais tenham finalmente que reconhecer a impossibilidade de remoção e a necessidade de coexistência com as mesmas.

Por fim, a favela conquistou seu espaço inquestionável, seu direito de pelo menos sonhar em vir a ser um bairro urbanizado.

Trataremos agora de aproximarmos-nos das condições objetivas que serviram de base para a evolução do movimento de favelados no Estado do Rio de Janeiro tema específico deste breve ensaio.

1 – A População Favelada no Estado do Rio de Janeiro

A população do Estado do Rio de Janeiro vem registrando taxas de crescimento acelerado nas últimas três décadas, bem como um impressionante índice de migração rural-urbana.¹

Assim, durante a década dos setenta, se o incremento demográfico foi de 25,5%, perfazendo, de acordo com o censo demográfico de 1980 um total de 12 milhões de pessoas, 3/4 destas (9,9 milhões) habitam a Região Metropolitana.

As cifras do êxodo rural são contundentes: em 1940 a população urbana era 60%; em 1950 a mesma se eleva para 70% e, em 1980 alcança a 92%, vale dizer, no começo da presente década apenas 8% das pessoas viviam no campo. Na Região Metropolitana este fenômeno se manifestou de maneira radical, pois a partir dos anos setenta a população rural desapareceu literalmente.

Tal situação de aguda desruralização, conseqüência extremada da vigência da propriedade monopólica da terra, do desenvolvimento dos complexos agro-industriais, da mecanização das lavouras e das novas ofertas de emprego criadas pelas grandes obras de construção civil e governamental no Município do Rio de Janeiro, provocou um crescimento urbano e demográfico caótico, (5,5 milhões de habitantes em 1980) incentivando o processo de favelização intensivo e extensivo.

As estimativas do IPLAN-RIO (Instituto de Planejamento Municipal) baseadas no Censo Demográfico de 1980 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), bem como no cadastramento dos domicílios realizados pela Light estimou a população favelada, para o ano-base de 1980 em 722.424 pessoas, distribuídas entre 376 favelas.

Contudo, há de se tomar em consideração a precariedade dos estudos estatístico-demográficos destes aglomerados urbanos que, ademais, tendem a ser fluídos e dinâmicos (calcula-se que nas grandes favelas do Município são construídos mensalmente cerca de 100 novos barracos) e da eficácia muito relativa de certas fontes, como o cadastro de domicílios da Light.

Sabe-se que o registro dos relógios de luz oficiais desta Companhia, a chamada "luz de cabine" origina a conhecida "luz de gato" assim intitulada pelos favelados a puxada ilegal, clandestina, da luz para vários domicílios.

Na favela o cidadão que possui um relógio de luz torna-se uma pessoa privilegiada, um comerciante ou um fornecedor de luz e, muitas vezes até, em um líder local. Não foi por outra razão que o governo tratou de criar as Comissões de Luz com o objetivo de controlar o abuso do uso ilegal da eletricidade.

Se a estas considerações agregamos a existência de loteamentos não regularizados, bem como a de zonas decadentes de locação antiga e os calamitosos conjuntos habitacionais semi-destruídos pelo passar dos anos sem as mínimas reparações, é possível

estimar, como em geral é feito, que a população favelada e semi-favelada — os chamados aglomerados de baixa renda — é da ordem de 2 milhões de habitantes no Município, vale dizer, 1/3 de sua população total.

2 – Como Surge e o que é uma Favela

Segundo o IBGE, "setor especial de aglomerado urbano é formado por, pelo menos 50 domicílios, na sua maioria dotados de infra-estrutura carente e localizados em terrenos não pertencentes aos moradores, geralmente conhecidos por favela, mocambo, palafita, invasão, maloca etc".²

A análise mais profunda e minuciosa do fenômeno conduz a um desdobramento muito mais amplo da restrita definição citada acima. Senão vejamos:

Uma favela é um aglomerado urbano não urbanizado, localizado em terrenos de propriedade estatal ou indefinida. A sua origem pode haver sido através de uma invasão — ocupação simultânea por várias famílias — ou por crescimento contínuo devido à chegada de novos contingentes de população provenientes das zonas rurais, migrantes de outros Estados da Federação ou ainda por um remanejamento populacional de outras favelas. A partir de um certo ponto, quando a área disponível já está virtualmente ocupada, o seu crescimento passa a ser puramente endógeno ou vegetativo, vale dizer, o aumento populacional ocorre apenas devido ao nascimento de crianças nas famílias dos moradores ou devido a novas uniões conjugais a partir das mesmas famílias.

Os materiais de construção utilizados são a madeira e a alvenaria. O aumento progressivo das construções de alvenaria na presente década está diretamente correlacionado com a maior segurança por parte de seus moradores de que não serão removidos, pois é esta convicção que justifica um maior investimento em uma obra mais perdurável.

Hoje em dia, nas maiores favelas cariocas, sem dúvida, existe uma tendência ao predomínio de casas de alvenaria.

A favela típica se caracteriza ainda pela ausência de uma infra-estrutura urbana e de serviços públicos. Assim, não existem no seu interior ruas abertas (os becos definem o seu traçado específico), não existem ademais praças, edificações públicas, meios de transporte coletivo, esgotos pluviais e sanitários (as valas abertas ou valas negras percorrem os becos impregnando a atmosfera com o odor pestilento das enfermidades e mortalidade precoce, especialmente das crianças. . .). Tão pouco existe um comércio, exceto em estado muito rudimentar, os pequenos bares onde são vendidas bebidas — a cerveja e sobretudo a cachaça — e alguns poucos produtos alimentícios.

Pesquisa realizada em uma tradicional favela no Rio³, Brás de Pina, levantou dados que são paradigmáticos das demais favelas do Município. Assim,

- a média dos barracos ocupa uma área de 20m²;
- a média de habitantes por barraco é de 4,5 pessoas;
- 40% de seus habitantes possuem uma renda mensal de 1 a 1/2 salário mínimo;
- 40% da população têm menos de 15 anos;
- 38% são analfabetos ou semi-analfabetos;

- 23% são desempregados;
- 70% das mulheres são donas-de-casa;
- 70% dos homens trabalham na construção civil, nos transportes ou na prestação de serviços;
- mais de 50% trabalham perto de casa;
- quase 30% da população são provenientes do Norte ou Nordeste do país.

Não foi por um fator aleatório que as favelas surgiram nos subúrbios (perto das fábricas) mas sobretudo nos morros (perto das zonas residenciais ricas ou dos demais centros de prestação de serviços).

Com o crescimento da metrópole e a construção dos grandes túneis e avenidas, as regiões outrora periféricas se transformaram em regiões próximas dos bairros ricos ou de classe média alta e, portanto, valorizaram-se. Este é o caso dos locais onde estão situadas as favelas da Rocinha, do Vidigal, do Cantagalo, do Pavão, do Pavãozinho, do Catumbi etc.

A expansão de uma ampla camada de novos-ricos no período imediato ao triunfo do golpe militar, precipitou a escalada dos morros pelas mansões de luxo e intensificou a cobiça dos mesmos e de outras zonas de alta valorização devido à proximidade do centro ou da zona sul. Estavam definidas as razões fundamentais da política de remoções das favelas.

Muitas favelas foram arrasadas, desapareceram literalmente e no seu antigo local surgiram modernos conjuntos habitacionais.

Porém, algumas souberam se defender, outras continuaram seu processo de expansão impulsionado pela incontrolável maré migratória que lançava a cada ano milhares de habitantes na grande cidade.

Desta maneira, a população favelada teve fatalmente de se organizar ou de se agrupar em torno de lideranças locais ou forâneas; autênticas ou oportunistas.

O fato é que as Associações de Moradores tenderam a se estruturar e a se desenvolver como uma força política mais ou menos efetiva, não importa, em todos os casos como uma expressão própria do nível de experiência e de amadurecimento alcançado por esta importante fração dos movimentos sociais no Brasil.

3 – As Políticas Públicas e as Associações de Moradores

Até o final da década dos cinquenta a situação das favelas do Estado do Rio de Janeiro (como também nas maiores cidades do país como São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife etc.) era de um total abandono.⁴

As favelas se formavam e se expandiam sem a mínima assistência do poder público. Eram consideradas como antros de marginais e a presença governamental só se manifestava através das “batidas” policiais na caça de bandidos, ocasião em que os domicílios miseráveis eram desrespeitados e vasculhados sem nenhum constrangimento.

Em vésperas de eleições seus habitantes eram visitados por políticos, candidatos a cargos eletivos à caça de votos. Então surgiam as promessas e as “realizações”: a ins-

talação da bica de água, o trator para aplanar o terreno do campo de futebol, o subsídio para a Escola de Samba, e o emprego para agradar a um ou outro indivíduo que se havia destacado com alguma liderança e que se prestasse para a função de “cabo-eleitoral”.

Qualquer destas pequenas doações assegurava ao político um razoável “curral eleitoral” pois este se transformava no “protetor” da favela.⁵

Ademais do político, as favelas possuem outros protetores:

O padre, figura típica em praticamente todas elas, exerce o papel de mediador, não somente entre os fiéis e a Igreja como sobretudo entre a população e o Estado nos momentos de conflito.

O “bicheiro”, o contraventor que utiliza setores da população favelada como uma de suas bases para a manipulação da contravenção, pois esta é sem dúvida uma fonte adicional de empregos. Devido à sua vinculação com a favela, o “bicheiro” consolida laços de fidelidade com os moradores (sobretudo quando existia a repressão policial ao Jogo do Bicho), os bicheiros se transformaram nos grandes patrocinadores das Escolas de Samba e dos blocos carnavalescos — as entidades mais queridas da população pobre do Rio de Janeiro — e portanto, muitas vezes, em controladores dos “currais eleitorais”.

O bandido, ou contraventor-menor (nos últimos anos vem adquirindo uma importância bem maior devido ao tráfico de drogas) — em geral, é um indivíduo que se destaca por um alto coeficiente intelectual e por qualidades inatas de liderança, que em uma sociedade mais justa poderia haver sido um cientista ou um líder político — utiliza múltiplas formas de contravenção, forma uma “equipe”, a quadrilha, acumula um certo “capital” e, seja por uma questão sentimental, seja para adquirir a “cobertura do morro”, presta serviços à população favelada (muitas vezes chega até a se expor por ela) e recebe, em troca, o abrigo diante da perseguição da polícia, seja porque a mesma é considerada um inimigo comum, seja pelo temor das represálias da quadrilha.

Os estudantes e intelectuais da esquerda que, a partir do final dos anos cinquenta e no começo dos sessenta, começam a subir os morros, dando vazão às suas inquietações diante dos “problemas sociais” para os quais foram despertados pelo avanço do movimento popular — especialmente operário e camponês — no Brasil e na América Latina e que se alastra depois do triunfo e consolidação da Revolução Cubana.

Esta forma de “proteção” se exercia através da conscientização e da “ajuda” para que os favelados se organizassem, fosse no interior da favela, fosse no nível do ingresso de suas lideranças aos pequenos partidos de esquerda.

Tal trabalho de conscientização praticamente não obteve resultados a curto prazo, porém, representou de certa forma um estímulo para o desenvolvimento de uma liderança mais autêntica nas Associações de Moradores e, sobretudo, ajudou a colocar na ordem do dia do cenário político nacional a questão das populações urbanas de baixa renda, sensibilizando a opinião pública para a sua situação específica.⁶

Dizíamos acima que o poder público — embora o Rio de Janeiro fosse até 1960 a Capital Federal — não se preocupou seriamente até quase a metade dos anos sessenta com a definição de uma política específica que buscasse equacionar a questão das Favelas.

Foi a Igreja Católica, sob a liderança do então Bispo do Rio de Janeiro, D. Hélder Câmara, que organizou, ainda nos anos cinquenta, a chamada Cruzada São Sebastião — o padroeiro da cidade — visando a organizar as favelas em torno de suas reivindicações fundamentais de casa própria e serviços básicos. Tal campanha tratou de levantar, pela primeira vez, a questão crucial da urbanização destes aglomerados urbanos. Seus êxitos materiais foram limitados, apesar de que D. Hélder conseguiu recursos internacionais para a construção de alguns conjuntos habitacionais próximos ou vinculados a algumas favelas (é o caso, por exemplo, da favela do Morro Azul).⁷

Quando a Capital Federal foi transferida para Brasília e o Rio de Janeiro se converteu em Governo Estadual, este teve de enfrentar a realidade da favelização de amplos espaços geográficos do Município e de definir então uma concepção específica em relação à mesma.

O resultado foi a política de remoção das favelas que passou a ser implementada a partir do governo de Carlos Lacerda, especialmente a partir do golpe de 1964. Foram atingidas durante os governos de Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas 80 favelas⁸. Tal política tinha como objetivo a recuperação de terrenos valiosos, como já foi destacado antes, e como pretexto a limpeza da urbe dos indesejados “focos de marginais”.

Para isso, Lacerda dispôs de uma ampla ajuda do governo norte-americano para a construção de conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade, tais como Vila Aliança e Vila Kennedy (Sic!). Tal ajuda se situava muito bem no contexto dos profundos laços de amizade entre ambos governos que se haviam estreitado definitivamente com o êxito do golpe militar de 1964, para o qual a contribuição dos EUA havia sido definitiva...⁹

A política de remoção foi implementada, utilizando de todos os recursos cabíveis: desde as tentativas de convencimento de que as novas casas eram “modernas” e “definitivas” até o uso exacerbado da violência policial ou do terrorismo, como o incêndio na favela do Pasmado.

Contudo, tal política foi implementada apenas parcialmente. Algumas favelas resistiram à sua remoção, como foi o caso do Vidigal e de Brás de Pina (onde foi efetuada a remoção de apenas 1/3 dos habitantes e onde posteriormente se tentou efetuar uma experiência-piloto de urbanização em um terreno contíguo). Outras não chegaram a ser tocadas pela ausência de opção habitacional para seus moradores e, finalmente, muitas novas favelas continuaram a brotar como cogumelos depois das chuvas.

Ao invés de destinar os amplos recursos que foram postos na época à disposição do governo do Estado do Rio de Janeiro (através de vultosos empréstimos que a médio e a longo prazo comprometiam a soberania do país), na melhoria das condições de vida das populações carentes, os sucessivos governos comandados por empresários e operacionalizados por burocratas civis e militares, formularam projetos faraônicos para beneficiar as classes médias e altas e sobretudo para criar fontes adicionais de acumulação de capital para as grandes indústrias e empreiteiras.

As grandes obras de construção — tais como o aterro do Flamengo, a ponte Rio-Niterói, o complexo habitacional da Barra da Tijuca e suas vias de acesso, os novos viadutos, elevados etc., — atraíram a mão-de-obra barata do interior do Estado e de outras

regiões do país, acentuando mais ainda o problema da habitação popular.

Neste contexto era natural que as Associações de Moradores se desenvolvessem como um instrumento de organização para a auto-defesa da população favelada.

Assim, elas tendem a se agrupar em torno da FAFEG — a Federação das Favelas do Estado da Guanabara — que havia sido criada por inspiração principalmente do governo e dos padres, mas também de estudantes e intelectuais.

Até o final dos anos setenta a atuação das Associações de Moradores será marcada por uma tônica defensiva, ou seja, a de impedir as remoções e orientadas por uma concepção paternalista de que sua sobrevivência dependia de protetores, sejam eles os padres, os políticos, os bicheiros ou os bandidos... .

A partir de 1979, com a abertura política e o processo de democratização que começa a tomar curso no país e, tendo em vista os embates eleitorais que se avizinhavam através das eleições diretas para o governo do Estado, a segunda administração de Chagas Freitas no Rio de Janeiro resolve reorientar a atuação do poder público diante das favelas e passa a reconhecê-las como uma realidade de fato (Sic!).

Admite-se então que as favelas não seriam mais removidas, porém, não se toma nenhuma providência no sentido de legalizar a propriedade dos lotes. Apenas se implementam algumas obras nas periferias das grandes favelas — as que possuem maior concentração de eleitores — como pavimentação das vias principais de acesso, escadarias, algumas “creches” e “escolas” para crianças de até 6 anos de idade, extensão da rede de água potável e da rede elétrica.

Para coordenar e implementar estas atividades, junto a um eleitorado de potencial demasiado significativo, o prefeito do Município indicado por Chagas Freitas, Israel Klabin, cria ainda no ano de 1979 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que tem por finalidade “promover o bem-estar social, através de iniciativas próprias e da articulação de programas e ações vinculadas ao Poder Público e à iniciativa privada”.¹⁰

Diante dessa nova situação, quais serão as tendências de evolução do movimento social dos favelados, liderados por suas Associações de Moradores?

4 — Evolução Política Recente das Associações de Moradores

Segundo Eli Diniz, as “Associações foram criadas e regulamentadas, ao longo dos anos sessenta, expressando uma iniciativa da administração estadual com o objetivo de institucionalizar um canal de comunicação entre as comunidades faveladas e os órgãos estaduais competentes. As formas de vinculação das Associações de Favelas às agências governamentais sofreram algumas modificações através do tempo, prevalecendo, a partir de 1967, a tendência a subordiná-las à supervisão de determinados órgãos, que deveriam aprovar seus estatutos e relatórios financeiros”. As associações passam a ser, segundo a mesma autora, “canais privilegiados de acesso dessa população ao poder público, em suas instâncias estadual e sobretudo municipal”.¹¹

Porém, as Associações de Moradores em suas origens estavam também em geral vinculadas às iniciativas promovidas pela Ação Católica.

Se bem que hoje em dia é possível encontrar nas favelas uma multiplicidade de pequenos templos que atestam uma ampla variedade de crenças e cultos — e que coexistem com os terreiros de macumba e outras práticas religiosas de origem africana — tal diversificação jamais chegou a questionar a hegemonia indiscutível da Igreja Católica no campo da fé, apesar da existência de um amplo sincretismo religioso entre os setores populares.

Tal influência desta Igreja junto ao movimento social dos favelados fez com que a evolução do mesmo acompanhasse, de certa forma, a evolução da própria Igreja no Brasil.

Esta evoluiu — pelo menos em seus setores mais significativos, justamente com aqueles que mantinham um contato mais permanente com as populações carentes — de uma posição conservadora, e mesmo reacionária, quando nos anos sessenta apoiou o golpe de 1964, para uma posição crítica ao sistema capitalista expressada na sua “opção pelos pobres”.

Tal “opção” naturalmente refletia a preocupação da Igreja por manter a sua liderança junto aos setores carentes, no seio dos quais o regime implantado em 1964 aguçou espontaneamente o descontentamento e a crítica (esta nem sempre manifesta devido ao “terrorismo do Estado” ostensivo ou latente).

As várias “Pastorais de Favelas” lançadas pelo clero, nos anos setenta, buscam fazer reverdecer a sua influência no movimento favelado, protegê-lo da influência dos “pelegos”, através da intensificação da formação das “comunidades de base”. Tais comunidades, organizadas pelos padres, têm como objetivo a conscientização política dos fiéis através da discussão dos problemas locais e nacionais.

Estas comunidades de base ajudaram a conformar todo um clima político democratizante e foram uma das pontas de lança da luta pela anistia. Sua evolução lógica foi o engajamento de setores significativos, no final da década de setenta e início da de oitenta, numa opção partidária de cunho eclesialístico: o Partido dos Trabalhadores.¹²

Contudo, no Rio de Janeiro, tal opção foi limitada devido ao reaparecimento no cenário estadual do fenômeno do brizolismo.¹³

Todavia, já nos anos setenta, a Igreja não dispunha mais de um controle dominante sobre as lideranças das favelas. Quando se forma a FAFERJ (Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro) que é a evolução da FAFEG depois da fusão do antigo Estado da Guanabara, são outras as influências que irão predominar sobre as Associações de Moradores.

Entre estas se destaca a corrente chaguista, (que controla a FAFERJ I) aquela vinculada ao então governador Chagas Freitas e que, embora tenha feito apenas pequenas obras de beneficiamento das grandes favelas, logrou cooptar uma quantidade bastante significativa de líderes locais através de concessões e favores pessoais.

O chaguismo controlava a maior parte das Associações, porém o candidato opositor ao governo do Estado, Leonel Brizola, ganhou as eleições com ampla maioria em todas as favelas e regiões pobres.

Havia, também, por certo, o controle das Associações por parte dos partidos de esquerda atuantes dentro do PMDB. Contudo, como estes partidos se confundiram com o chaguismo por estarem todos reunidos sob o amplo manto de PMDB, os mora-

dores não acompanharam as instruções eleitorais dos dirigentes das Associações por eles controladas, optaram pelo PDT de Brizola e, após seu triunfo, aqueles ficaram desprovidos de sua base de atuação, a máquina governamental.

A política implementada pelo governo Brizola tem outorgado prioridade às populações de baixa renda e às favelas em particular, de forma sem precedentes na história dos sucessivos governos do Rio.¹⁴

Diante de tal postura, a mobilização comunitária das populações de baixa renda tende a desenvolver-se de forma independente em torno das questões concretas e de relevância fundamental para as mesmas.

Assim, as expectativas dos favelados se concentram nas resoluções das questões de habitação, qualidade de vida, saúde, educação, segurança e transporte, elevando o seu nível de consciência política e social.¹⁵

À antiga liderança chaguista não resta senão a opção entre ser superada ou superar o seu comportamento anterior.

Nas condições do restrito desenvolvimento político de uma sociedade como a brasileira, recém saindo de duas décadas de autoritarismo, o líder popular é o indivíduo pragmático. Sobretudo o líder de favela que encabeça uma luta pelos direitos mais elementares de existência e que, contudo, haviam sido sistematicamente sonegados. Este homem sabe que o pouco que se consegue é algo tão substantivo quanto a água, a luz, a escola, o posto médico, o esgoto, a legalização da posse da terra, o meio de transporte, a contenção das encostas para o terreno não desabar sobre as casas. Essas são reivindicações mínimas dos favelados, mas são para eles as questões cruciais.

O favelado, portanto, não quer ser um opositor como os políticos que perdem as eleições ou como os indivíduos conscientes que se guiam por princípios. O favelado quer resolver os seus problemas imediatos, porque deles depende a sua sobrevivência e a de seus filhos.

Por isso, as Associações de Moradores do Rio de Janeiro enquanto tais, tenderão a apoiar este governo e apoiarão a qualquer futuro governo que trate de encaminhar a resolução de seus problemas mais essenciais. Ontem foram chaguistas, quando Chagas Freitas resolveu, em seu segundo governo, pelo menos respeitar a existência das favelas. Hoje, são brizolistas quando Brizola executa seu ambicioso programa de urbanização das favelas. Antes, não haviam conseguido quase nada, hoje estão conseguindo bastante mais. Amanhã, por certo, não se conformarão jamais que se volte aos métodos do passado e que o poder público desconheça os seus problemas ou trate de desapropriar o que foi conquistado.

É nesta linha de raciocínio que é possível visualizar um grande avanço, uma enorme acumulação de forças por parte do movimento social das favelas, que é prenúncio de uma nova postura política, que jamais poderá ser enquadrada dentro de posturas demagógicas e que tende para o fortalecimento da consciência social, através da percepção dos seus direitos básicos de cidadania.

Esta percepção está calcada sobre uma comprovação de que qualquer governo pode e deve realizar uma política prioritariamente voltada para a atenção das necessi-

dades fundamentais das amplas maiorias das populações carentes, ainda que tal política sacrifique, a curto prazo, outras necessidades, com aquelas vinculadas ao processo de modernização urbana.

5 – Conclusões

Atualmente existem registradas na FAFERJ mais de 300 Associações de Moradores com situação plenamente legalizada segundo registrou seu último congresso. Deve-se destacar que em várias favelas existem mais de um agrupamento representativo de parcelas da comunidade (mais de uma associação, Igrejas, Escolas de Samba, Partidos, lideranças informais que capitalizam à sua volta grupos de pessoas tais como “bicheiros”, cabo-eleitorais, “contraventores” etc.) e que já existem mais de 400 favelas no Rio de Janeiro.

Tal situação reflete bem a multiplicidade de posições de seus moradores, bem como as influências que se exercem informalmente sobre a população favelada e que tendem a orientar a sua postura em relação à problemática interna e externa à própria favela.

A favela, como uma micro-sociedade, abriga em seu seio diferenciações mais ou menos agudas que se expressam em torno de seitas, religiões, partidos políticos, clubes, relações pessoais etc.

Por isso, é difícil encontrar uma liderança hegemônica e consensual como a da Associação de Moradores da tradicional favela do Borel. Em geral, as Associações são pouco representativas, inclusive pelo fato de que foram reprimidas durante o período do autoritarismo e apenas começou o seu processo de reestruturação no segundo governo de Chagas Freitas, a partir de 1979, no contexto da abertura política.

Ora, as Associações apoiadas pelo aparato administrativo e eleitoral do chaguismo dificilmente teriam as melhores condições de se afirmarem como uma liderança autêntica da comunidade.

Da mesma forma, as lideranças identificadas com a Igreja Católica ou outras igrejas, por mais unificadoras que sejam, não deixam de refletir uma divisão entre os moradores que passa pela crença religiosa mas que termina na própria postura política dos administradores da fé.

A questão da representatividade na comunidade favelada é, pois, particularmente complexa e essa complexidade se deve, em última instância, ao nível ainda rudimentar do desenvolvimento da consciência democrática e participativa na sociedade brasileira.

É ilustrativo desta consideração o fato de que ainda é baixa a porcentagem de moradores inscritos nas Associações, raramente estas são representativas da maioria da população local e a participação da mesma nas assembléias e eleições da diretoria é bastante restrita na maioria das favelas cariocas.¹⁶

Contudo, os favelados, mais do que qualquer outra comunidade, têm problemas comuns, problemas que são de todos e que, portanto, só podem ser resolvidos coletivamente.

A experiência tem mostrado que nos últimos anos e, particularmente no Governo Brizola, as comunidades faveladas que maiores benefícios têm recebido são aquelas que reúnem duas características:

- a) uma grande concentração de população;
- b) um razoável nível de organização e, portanto, uma maior capacidade de reivindicação e combatividade.

Não é aleatório que grandes e organizadas favelas, como as da Rocinha, Borel, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, entre outras, têm recebido uma atenção privilegiada do atual governo do Estado.

Tal constatação conduz a uma conclusão fundamental:

O efeito de demonstração das conquistas obtidas pelas grandes e organizadas favelas tenderá a irradiar-se pelo amplo universo das favelas cariocas e será um forte estímulo para a organização e a combatividade da sua população. Assim, é possível prever, para curto ou médio prazo:

- 1) o surgimento de novas Associações de Moradores representativas dos anseios coletivos de melhoria das condições básicas da existência nas favelas;
- 2) uma reestruturação de muitas das atuais Associações, devido à pressão dos moradores no sentido de apoiar lideranças mais autênticas e comprometidas com as reivindicações da comunidade enquanto tal;
- 3) devido às conquistas obtidas no curso do atual Governo, produtos da organização e mobilização popular, é bastante viável um maior desenvolvimento da consciência política e social da população favelada, junto à evolução de sua capacidade crítica em relação às influências forâneas instrumentalizadoras das carências da miséria destes setores populares.

Notas

1 O Estado do Rio de Janeiro possui uma área de 43.305km². A densidade demográfica é de 268 h/km² no Estado; 1.536 h/km² na Região Metropolitana e de 4.697 h/km² no Município do Rio.

2 IPLAN-RIO, *Contribuição aos Dados de População das Favelas do Município do Rio de Janeiro* – Julho de 1984.

3 Veja-se Carlos Nelson Ferreira dos Santos, *Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro*, dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1979.

4 Assim nos diz Lúcia do Prado Valladares em seu livro *Passa-se uma Casa*, Zahar Editores, 1978: “Já o Código de Obras, de 1936, previa sua eliminação e interditava a construção de novas favelas, bem como a introdução de quaisquer melhorias nas já existentes (artigos 347 e 349). Em 1941–1943, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (. . .) elaborou um projeto de higienização das favelas. O objetivo era transferir suas populações para alojamentos temporários, enquanto se construam nos locais das favelas as casas definitivas, de alvenaria. Foram então destruídas quatro favelas, sendo 8.000 pessoas transferidas para os Parques Proletários em número de três (da Gávea,

do Caju e da Praia do Pinto)". Segundo a mesma autora, em 1956 foi criado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas) que "tornou-se o primeiro organismo oficial voltado precisamente para a urbanização das favelas", e foi quem criou, em 1961, as Associações de Moradores. pp. 22 e 23.

5 Em pesquisa realizada junto a 103 presidentes das Associações de Moradores de favelas do Rio de Janeiro, Eli Diniz destaca o juízo predominante e severo da liderança favelada em relação aos políticos, especificamente em relação aos deputados e vereadores: "... na percepção da maioria dos entrevistados, a política aparece como uma atividade vazia e estéril, incapaz de conduzir a alguma mudança substancial nas condições de vida da população favelada. Dois foram os pontos mais acentuados. Em primeiro lugar, a associação da política com a demagogia, paternalismo, manipulação da confiança dos eleitores, irresponsabilidade face às promessas feitas, falta de compromisso com as palavras e com as expectativas criadas no período eleitoral. Em segundo lugar, foi também enfatizada a imagem do político como essencialmente interesseiro, no sentido de usar instrumentalmente o apoio eleitoral, ou ainda como carreirista, preocupado apenas com seus interesses pessoais, ligados à ascensão e permanência no poder. Em tais respostas, transparece a falta de compromisso com o bem público como um traço característico da atuação do político. Além disso, a desonestidade e a corrupção foram também apontados".
"(. . .) Portanto — prossegue a pesquisadora — o papel do político é pouco valorizado e percebido basicamente através de seu impacto negativo". Contudo, os entrevistados admitem que "é possível aproveitar as brechas, através das relações pessoais de lealdade, através de contatos informais com um determinado político para obter uma pequena melhoria para a comunidade ou mesmo uma ajuda individual. Assim, a rede clientelística é aceita por uma parte dos presidentes entrevistados como uma forma de sobreviver num meio indiferente e até adverso". *Favela: Associativismo e Participação Social*, Rio, setembro de 1981, mimeo.

6 No começo da década dos sessenta a UNE (União Nacional dos Estudantes), através do seu CPC (Centro Popular de Cultura) abordou de diversos ângulos a questão das favelas. Muito impacto causou na época o documentário realizado por este, *Cinco Vezes Favela*, onde a sua problemática foi tratada com toda propriedade. Tal documentário se transformou, não só pelos seus valores intrínsecos, mas sobretudo pela forma como abordou a questão social, em uma obra clássica de cinema brasileiro.

7 A Igreja tradicionalmente sempre se preocupou em desenvolver uma atitude assistencialista junto à população de baixa renda. No Estado, a antecessora da Cruzada foi a Fundação Leão XIII, criada em 1947 pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara com o objetivo de, através de iniciativas de promoção social — como organização de creches, distribuição de alimento etc. — combater a chamada penetração subversiva. Tal fundação foi, posteriormente, incorporada ao Estado.

8 Veja-se Lúcia do Prado Valladares, *Passa-se uma Casa*, op. cit., p. 39. Os dados registrados pela COHAB-GB e citados pela autora são os seguintes: Durante o Governo de Carlos Lacerda, foram vítimas de remoção 27 favelas, com um total de 8.078 barracos removidos e 41.958 habitantes. Na gestão de Negrão de Lima foram atingidas 33 favelas, removidos 12.782 barracos e 63.910 habitantes. No período de Chagas Freitas foram atingidos 20 favelas, removidos 5.333 barracos e 26.665 habitantes. No seu conjunto as remoções afetam a 80 favelas, 26.193 barracos e 139.218 habitantes.

9 Veja-se a este respeito o livro de René A. Dreifuss, *1964: O Assalto ao Estado*, ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1982.

10 Decreto número 2.290, publicado no Diário Oficial de 20 de setembro de 1979.

11 Op. cit., p. 1.

12 Veja-se nossa análise *Os Programas dos Partidos Políticos do Brasil*, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1981.

13 Brizola reascendeu a esperança do povo ao resgatar a memória histórica das lutas nacionalistas, democráticas e pela defesa intransigente da legalidade que derrotou o golpe militar de 1961. Ademais, Brizola era o inimigo principal de Lacerda, o removedor de favelas. . . e era a antítese do chaguismo, a síntese da corrupção com a desesperança.

14 Está sendo desenvolvido o plano de legalização da posse dos terrenos urbanos contemplando a entrega de "a cada família um lote", que é uma das reivindicações mais relevantes dos setores populares. Ademais, se está implementando o projeto de urbanização das favelas através da construção de vias de acesso, saneamento básico, extensão da rede de água potável e eletricidade, contenção de encostas etc. A atenção à saúde através dos postos médicos; segurança pública, por meio da reorientação essencial do comportamento da polícia.

Porém, a ênfase especial é posta no terreno da educação através da expansão da rede escolar e a eliminação do terceiro turno, criando uma jornada escolar de no mínimo 5 horas diárias.

Por outra parte, se estão integrando ao sistema educativo as crianças de 5 a 6 anos, permitindo o atendimento de mais de 500 mil, um aumento portanto de 150%. O governo estadual já implantou a Fábrica de Escolas para produzir peças pré-moldadas que representam um investimento de cerca de 120 bilhões de cruzeiros ou 40 milhões de dólares ao câmbio atual.

Esta fábrica terá como meta produzir, num período de 4 meses, 150 CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) para atender a 150 mil crianças em jornada completa (nos CIEPs ademais as crianças receberão assistência médico-odontológica, cursos especiais de formação artística etc.); 150 Casas da Criança com uma capacidade de atenção de 1500 crianças do pré-escolar e 150 Escolas Isoladas para a substituição do terceiro turno.

Ademais, a Avenida dos Desfiles ou Sambódromo, já está funcionando como escola e terá uma capacidade de atendimento da ordem de 15.000 alunos. Também já estão em funcionamento outros CIEPs, como o de São Cristóvão e breve estará em plena atividade o enorme complexo educacional de Ipanema (este é o resultado da desapropriação de um edifício em construção, cujas obras haviam sido paralisadas, e que deveria posteriormente transformar-se num luxuoso hotel localizado em uma região onde o preço do metro quadrado é dos mais caros do mundo).

Todas estas realizações estão voltadas fundamentalmente para o atendimento das crianças dos setores populares e carentes.

15 Ainda segundo a pesquisa realizada por Eli Diniz, são as seguintes as reivindicações prioritárias das Associações de Moradores:

- Canalização de valas e esgotos — 70%
- Abastecimento de água — 57%
- Legalização da posse da terra — 52%
- Luz elétrica — 40%
- Escolas, postos de saúde — 29%
- Policiamento — 17%
- Coleta de lixo e limpeza — 16%
- Transportes — 4%

op. cit., p. 58.

16 Eli Diniz, op. cit.

ABSTRACT

Slums should not be considered only as an urban deformity of industrial centers but as a typical characteristic of them, as a necessary result to the development of the capitalist mode of production. In this essay, objective conditions that served as a basis to the evolution of slum-dwellers' movements in Rio de Janeiro State are discussed. The Dwellers Associations deserve a special attention of the author, and the work reaches a fundamental conclusion: the effect of demonstration of conquests obtained by large and organized slums will tend to irradiate through the greater universe of Rio's slums and will be a strong stimulus to the organization and combativity of their population.